

Doc. CRUB

NOV/87



Of. CRUB nº 1056/87-P

Brasília, 04 de novembro de 1987

Excelentíssimo Senhor
Senador HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO
Digníssimo Ministro de Estado da Educação
Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios
70047 - BRASÍLIA - DF

Senhor Ministro:

Em nome dos Reitores das Universidades Brasileiras, renovamos cumprimentos a Vossa Excelência, ao assumir o honroso cargo de Ministro de Estado da Educação, augurando-lhe votos de exitosa gestão.

Permita-nos, neste primeiro contato, abordar alguns assuntos que preocupam sobremaneira os dirigentes universitários:

1. Autonomia Universitária

A autonomia da Universidade vem sendo constantemente reduzida pela fúria legislativa que cerceia suas prerrogativas.

Para exemplificarmos, a implantação do Plano Único de Classificção e Retribuição de Cargos e Empregos que, pelo Decreto número 94.664, de 23/7/87, caberia às Universidades, passou a depender da aprovação do Ministério da Educação pela Portaria MEC nº 475 e, para surpresa da comunidade universitária, ficou sujeita ainda a pronunciamento da SEDAP, pelo Decreto nº 94.993, de 02/10/87, cuja revogação foi pleiteada por este Conselho.

2. As dificuldades financeiras por que passam as nossas Instituições de Ensino Superior.

Por decisão do Exmo. Sr. Presidente da República, acolhendo proposta desse Ministério consubstanciada na Exposição de Motivos MEC nº 069, foi fixada em 12,4% a dotação de Outros Custeios e Capital. Aproximamo-nos no final do exercício e restam a suplementar três bilhões e quinhentos milhões de cruzados. Os débitos se acumulam, a escassez de recursos financeiros chega a limites intoleráveis e as Universidades vêm seus programas comprometidos.

Estamos certos da sensibilidade de Vossa Excelência para que o terceiro crédito suplementar, assegurado pelo então Ministro Jorge Bornhausen, já objeto do Aviso nº 904, de 29/10/87, do Ministro Interino Aloísio Sotero, à SEPLAN, se processe rapidamente e que os recursos sejam transferidos às Universidades em tempo hábil.

3. Bolsas de estudo de pós-graduação

A indefinição sobre o congelamento do número e dos valores das bolsas de estudo de pós-graduação preocupa a comunidade universitária.

Sob o pretexto de redução do deficit público, intranquiliza-se o meio acadêmico.

Entendemos que a integridade e a quantidade das bolsas devem ser preservadas, se pretendemos efetivamente uma postura revolucionária, para domínio da tecnologia.

4. A crise financeira das IES particulares

O achatamento da receita e a rápida evolução dos custos compuseram uma situação insustentável, de inviabilidade e de colapso iminente das Universidades particulares.

Soluções devem ser buscadas para a retomada do equilíbrio financeiro dessas Instituições, em função do relevante papel que exercem no ensino superior brasileiro.

5. Implantação da Isonomia Salarial

A comunidade universitária confia em Vossa Excelência, para que seja agilizada a implantação da Isonomia Salarial entre as Universidades Federais Autárquicas e Fundacionais, decorrente da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, assegurando-se os critérios já acordados.

Com a retomada da inflação, os professores e servidores vêm tendo perdas consideráveis de seu poder aquisitivo.

Cabe-nos lembrar que os efeitos financeiros da Isonomia re troagem a 1º de abril. Não é justo que se retarde, pois, sua implan tação e que os benefícios nela previstos, como quinquênios, não se jam imediatamente concedidos. No caso dos professores, é factível sua concessão imediatamente, pois independe de interpretações complementa res.

6. Decreto-Lei nº 2.365, de 27/10/87

A gratificação diferenciada a professores e servidores, ins tituída pelo Decreto-Lei supra citado, reacende insatisfações que já haviam sido superadas.

A iniciativa, tomada sem qualquer consulta aos setores in teressados, contraria decisões recentes do próprio Governo, no senti do de resolver o problema salarial no sistema universitário federal.



Por outro lado, Senhor Ministro, o Conselho de Reitores continuará à disposição desse Ministério, como sempre o fez, buscando a solução dos problemas que afligem a educação brasileira.

Estamos presentes e preocupados com a Avaliação da Educação Superior.

Ao promovermos, recentemente, com esse Ministério, o Seminário Internacional que relatou experiências de outros países; ao constituirmos Comissão Especial no âmbito do CRUB para estudar o assunto; ao estimularmos as iniciativas nas Universidades, estamos atribuindo à avaliação um valioso e necessário instrumento.

Com a criação, no Conselho de Reitores, do Centro de Estudos sobre a Universidade Brasileira, pretendemos discutir e subsidiar, em caráter permanente, a formulação da política universitária em suas principais dimensões.

Finalizando, Senhor Ministro, reiteramos a disposição do Conselho de Reitores de lutarmos juntos nesta caminhada permanente para a consolidação da Universidade, tornando-a cada vez mais comprometida com a sociedade brasileira.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Excelência protestos do mais elevado apreço.

Reitor RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ
Presidente

AAC/zar